

-9 OUT 1985

ANEX ESTADO DE SAO PAULO

-9 OUT 1985

ESTADO DE SAO PAULO

Anistia, o ponto polêmico da Constituinte

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A concessão de anistia ampla, geral e irrestrita a civis e militares punidos no período revolucionário, com a reintegração no serviço ativo e todos os direitos preservados, era ontem à noite a matéria de subemenda à emenda Sarney mais polêmica quando começava a reunião dos líderes de partidos e dirigentes da comissão mista, convidados à residência do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, para debater a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. No final da tarde, os líderes do PMDB, PDS, PFL, PTB e PDT já haviam firmado posição contrária às teses da Constituinte autônoma, dos

delegados constituintes e da separação do pleito para governadores das eleições para a Assembleia Constituinte, prometendo dificultar a aprovação dessas propostas por dois terços de cada Casa do Congresso.

Depois de encontrar-se pela manhã com Ulysses Guimarães e o relator da emenda de convocação da Constituinte, deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), o líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga (MG), participou da reunião do Conselho Político no Palácio do Planalto, de onde saiu convencido de que está descartada a proposta da Constituinte exclusiva.

Apoiado por setores minoritários das bancadas e entidades da sociedade civil — como OAB, ABI, CNBB

e CUT —, Bierrenbach compareceu à casa de Ulysses disposto a insistir na tese da Constituinte autônoma. A discussão da matéria seria centrada em duas opções: votar a emenda Sarney com prioridade e, em seguida, o substitutivo de Bierrenbach com os pontos polêmicos em questão aberta; a outra seria elaborar substitutivo convergente, com o maior número possível de questões pacíficas e votação destacada para matérias polêmicas.

A eleição de delegados constituintes indicados pelos partidos era uma idéia praticamente afastada ontem à noite. "Essa proposta ficou muito distante das nossas reuniões" — admitiu Pimenta da Veiga. Os líderes do PDT, Nady Rossetti (RS), e

do PTB, Gastone Righi (SP), confirmaram que a sugestão está sendo rejeitada.

Bierrenbach e Pimenta divergem também na questão da desincompatibilização: o relator propõe prazo único de oito ou nove meses, enquanto o líder peemedebista defende esse prazo apenas para ministros, secretários sem mandato legislativo e dirigentes de empresas públicas, diminuindo-o para seis meses no caso de governadores, ministro e secretários sem mandato.

As "dificuldades" para votar a subemenda Jorge Uequed, que concede anistia a civis e militares punidos, ficaram evidenciadas nas reuniões da manhã na casa de Ulysses e no Conselho Político no Palácio do

Planalto. A tendência é procurar uma fórmula conciliatória, aceita pela maioria do Congresso e pelo governo. O presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, os líderes da Aliança Democrática e o próprio relator Bierrenbach estão ouvindo os ministros militares.

Sugeriu-se "devolver a patente sem devolver a farda". Os militares seriam reintegrados, passando a receber os vencimentos atuais, mas sem reclamar os atrasados. Esta fórmula teria apoio no PDT e no PTB, segundo seus líderes.

Bierrenbach apresentará seu parecer à comissão mista dia 15 ou 16; uma semana depois a convocação da Constituinte chega ao plenário do Congresso.

Sarney busca apoio à emenda

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney defendeu ontem, durante reunião do Conselho Político, a aprovação do projeto do Executivo convocando a Assembleia Nacional Constituinte, no original, e conseguiu maior apoio dos líderes do partido da Frente Liberal do que do PMDB, que insistem em votar a emenda dentro de um projeto substitutivo, incluindo decisões sobre a ampliação dos prazos de desincompatibilização dos candidatos, o delegado constituinte, a formação de Comissões Legislativas, e eleição do presidente da Cons-



tituinte e a ampliação da anistia.

Sarney, segundo o líder do Partido da Frente Liberal na Câmara, José Lourenço, acha difícil a inclusão de todas estas decisões num projeto substitutivo ao seu, que simplesmente convoca a Assembleia Constituinte que se auto disciplinará para funcionar com poderes constituintes e legislativos. "A única proposta em torno da qual se pode conversar é a da desincompatibilização", disse Lourenço.

O líder do PMDB, deputado Pimenta da Veiga, informou que a decisão dos integrantes da bancada do seu partido é de votar o projeto de Sarney dentro de um projeto substitutivo, "englobando pontos ou emendas que estão conseguindo aceitação razoável dentro do Poder Legislativo".

Segundo Pimenta, este é o caso da emenda que amplia os prazos de

desincompatibilização dos candidatos. A proposta que tem recebido maior aceitação é a de que os governadores, secretários e ministros com mandatos legislativos continuarão obrigados a se desincompatibilizarem seis meses antes das eleições para a Constituinte. Aqueles que não ostentam mandatos legislativos, ficariam obrigados a se desincompatibilizarem oito ou nove meses antes das eleições.

Na reunião do Conselho Político foram discutidos, ainda, os problemas dos economiários, que querem tratamento igual aos bancários nos reajustamentos de salários, este mês, e o do Pacto Político. "O presidente está otimista com os entendimentos e conversas que estão sendo mantidos, e a questão trabalhista é fundamental para a consecução de um Pacto Social", disse o líder peemedebista Pimenta da Veiga.

Ulysses já é candidato

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Ulysses Guimarães poderá acumular, em 1987, a presidência nacional do PMDB com a presidência da Assembleia Nacional Constituinte, se for aceita sugestão do líder do PMDB e do governo na Câmara, Pimenta da Veiga (MG). Ele propôs ontem, durante a reunião do Conselho Político do governo, no Planalto, que em 87 não haja eleições separadas das Mesas Diretoras da Câmara e do Senado, mas a eleição de um presidente da Assembleia Nacional, pelos constituintes, com mandato vigorando pelo tempo necessário à elaboração da nova Carta Constitucional.

Ulysses Guimarães deverá ser reeleito para a presidência do PMDB por mais dois anos, com seu mandato chegando a 1987, ano da Constituinte, da qual tem possibilidade de

ser eleito presidente, acumulando assim os dois cargos. A proposta de Pimenta foi recebida com surpresa pelos líderes do PFL que participavam da reunião do conselho político, e eles reagiram pedindo tempo para pensar. Este partido teria, para 87, pelo menos dois candidatos em potencial à presidência da Assembleia Constituinte — os ministros Aureliano Chaves e Marco Maciel.

Pimenta da Veiga quer que sua sugestão seja incluída na emenda Sarney de convocação da Constituinte, regulando a eleição do presidente e da mesa diretora da Assembleia para evitar problemas em plenário. Segundo sua proposta, a parte administrativa das duas casas do Congresso seria de responsabilidade da mesa diretora da Assembleia Constituinte. Os líderes do PDT, Nady Rossetti, e do PTB, Gastone Righi, não fizeram objeções à sugestão de Pimenta da Veiga.